

## Relatório de Reunião Conjunta

Prestação de informações sobre a gestão da **Secretaria de Estado de Governo – Segov**

### I – Apresentação

No dia 18/10/2019, as Comissões de Redação, de Administração Pública, de Constituição e Justiça e de Participação Popular receberam o Sr. Olavo Bilac Pinto Neto, secretário de Estado de Governo, que prestou informações sobre a gestão de suas áreas de competência relativamente ao 2º quadrimestre de 2019, em atendimento ao art. 54 da [Constituição do Estado](#).

### II – Presenças

- Comissão de Redação: deputados Duarte Bechir (presidente da comissão e da reunião), Dalmo Ribeiro Silva e Ulysses Gomes.
- Comissão de Administração Pública: deputadas Beatriz Cerqueira, Andréia de Jesus (substituindo a deputada Beatriz Cerqueira) e deputado Guilherme da Cunha (substituindo o deputado Raul Belém).
- Comissão de Constituição e Justiça: deputado Dalmo Ribeiro Silva (presidente).
- Comissão de Participação Popular: deputado Marquinho Lemos (substituindo o deputado Doutor Jean Freire).
- Demais presenças: deputadas Celise Laviola, Ione Pinheiro, Leninha e deputados Virgílio Guimarães, Antônio Carlos Arantes, Gil Pereira, André Quintão, Gustavo Valadares, Professor Wendel Mesquita, Bosco, Ulysses Gomes, Doutor Jean Freire, Roberto Andrade, Zé Guilherme, Professor Cleiton, Gustavo Mitre, Professor Irineu, Zé Reis e Betão.

### III – Discussões

Conforme estabelece a [Deliberação nº 2.705, de 23/4/2019](#), o secretário de Estado de Governo fez uma exposição sobre a gestão da secretaria sob sua responsabilidade e informou tanto sobre as

atividades em execução quanto sobre o planejamento das atividades futuras. Ele também apresentou informações acerca das temáticas enfatizadas previamente pelos deputados. Destacamos, a seguir, os principais pontos de discussão abordados na reunião.

## 1) Crise fiscal e adesão do Estado ao Programa de Recuperação Fiscal

A temática da atual crise fiscal do Estado de Minas Gerais e a sua adesão aos programas de recuperação fiscal permearam grande parte dos debates e dos questionamentos apresentados na reunião.

O Regime de Recuperação Fiscal – RRF –, instituído pela [Lei Complementar nº 159, de 2017](#), é um regime jurídico fiscal especial para os estados em grave situação financeira que a ele aderirem. Estabelece, entre outros pontos, a suspensão do pagamento da dívida com a União, a suspensão da execução de contragarantias da União em operações de crédito anteriores e a ampliação dos prazos para a recondução da despesa de pessoal aos limites da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#) pelo período contratado, não superior a três anos e prorrogável uma vez.

Parlamentares se manifestaram no sentido de que há uma consciência de todos de que o Estado de Minas vive uma crise fiscal estrutural, que vem desde a década de 1990 e está relacionada com um conjunto de fatores. Afirmou-se ser necessário o equilíbrio fiscal, fundado em receitas ordinárias, e não nas receitas extraordinárias, exceto no caso de despesas de curtíssimo prazo, como o pagamento do décimo terceiro salário de servidores.

No entanto, segundo afirmação de deputados, a adesão ao regime de recuperação fiscal do governo federal implica um conjunto de condicionantes que pode prejudicar o andamento da execução de políticas públicas no Estado, resultando em privatizações, alteração da situação dos servidores públicos, restrição da autonomia do Estado para realização de atividades como, por exemplo, realização de concursos públicos. Na opinião de muitos parlamentares, a adesão ao regime de recuperação fiscal não é o caminho único. Há outras possibilidades, como, por exemplo, um melhor tratamento dos recursos do fundo de erradicação da miséria e a antecipação dos

recebíveis da Codemig. Também foi destacada a necessidade de se instituir uma pauta convergente que permita a esta Casa auxiliar o governo em decisões sobre despesas mais imediatas, deixando espaço para que temas que demandam uma discussão mais aprofundada possam ter o tempo adequado para realização de estudos e promoção de debates.

Argumentou-se ainda que a adesão ao referido regime não compensaria ao Estado, especialmente por não se saber se a crise fiscal seria contornada com a adoção desta medida. Houve discursos criticando os possíveis impactos da adesão ao programa de recuperação fiscal, uma vez que resultará no congelamento de salários, corte de benefícios e vedação aos reajustes, bem como no corte de receitas destinadas a políticas públicas. Salientou-se que os ônus decorrentes da adesão serão arcados especialmente pelos servidores e pelos eventuais destinatários de políticas públicas que serão reduzidas. Alguns deputados manifestaram-se dizendo que o governo deveria encaminhar previamente a esta Casa um relatório e um diagnóstico pormenorizado com dados sobre a situação fiscal e análise sobre a eficácia das medidas a serem adotadas, comprometendo-se a encaminhar, para cada ação prevista, um projeto de lei específico. Outros parlamentares ponderaram sobre a necessidade de trabalho conjunto entre governo e Legislativo em prol do ajuste fiscal, afirmando que há necessidade de reduzir o tamanho do Estado e de se adotar medidas gravosas, pois, ainda que amargas, são necessárias à recuperação das finanças públicas de Minas.

Houve discursos, também, expressando que o sentimento que se propaga na Casa é o de que eventuais medidas de ajuste fiscal serão derrotadas pela maioria dos deputados e deputadas, sobretudo se não houver um diálogo institucional entre os Poderes.

Em decorrência dessas considerações, o secretário informou que a nova gestão assumiu um déficit considerável que penalizou a prestação dos serviços públicos. Neste cenário, o governador vem pautando sua gestão pela austeridade, por meio da extinção de cargos de confiança, revisão de contratos, e elaboração do programa Todos por Minas. Enfatizou a capacidade de diálogo dos mineiros para a realização de mudanças necessárias. Segundo ele, há uma concentração de recursos nas mãos da União e um déficit fiscal no Estado, que demanda esforços conjuntos para tirar Minas da situação em que se encontra. Observou que, dentre as ações realizadas pelo Estado

para o enfrentamento da crise, se destacam a realização de contingenciamento de cerca de 2 bilhões de reais de despesas no orçamento público, extinção de cargos, redução das Secretarias de Estado, diminuição da estrutura administrativa e contenção de despesa com pessoal da ativa. Esse último ponto gerou uma economia de cerca de 86 milhões de reais. O secretário disse também que foi encaminhado para a Assembleia projeto que se refere à adesão ao regime de recuperação fiscal. Esse projeto, após ser aprovado pela Assembleia, estará apto à execução, e será então dada uma satisfação ao STF. Trata-se da adesão ao regime e da venda de uma estatal. Para ele, o importante nesse momento é obter a autorização do Parlamento para iniciar os trabalhos e, depois, o plano será devidamente debatido nessa Casa.

Sobre os demais projetos de lei que tratam do plano de recuperação fiscal do Estado, frisou que caberá à ALMG analisar, debater e discutir a proposta, no seu tempo. A despeito disso, expôs sua preocupação caso a liminar que suspendeu o pagamento da dívida seja revogada, porque isso poderá impactar as finanças do Estado, que já se encontram deficitárias. Afirmou também que há uma série de projetos de lei que deverão ser encaminhadas à ALMG. Por questões políticas e, também, diante da iminência da votação da Reforma da Previdência no Senado, achou-se prudente não enviar a totalidade das propostas.

Sobre a questão levantada por parlamentares de que os ônus decorrentes da adesão serão arcados especialmente pelos servidores públicos, o secretário afirmou que devem ser analisadas as contas passadas e que não se alcança equilíbrio fiscal com base apenas no discurso, mas com medidas necessárias, ainda que negativas sob o ponto de vista de categorias do funcionalismo público ou de cidadãos do Estado. Afirmou ainda que a recuperação fiscal no momento está baseada em dois projetos: a autorização e a venda da Codemig. O restante dos projetos serão encaminhados posteriormente.

Sobre a necessidade de maior aprimoramento da comunicação institucional entre os Poderes do Estado, o secretário frisou que a comunicação será constantemente aprimorada, reafirmando o compromisso do governo na busca de soluções para a crise fiscal.

Em virtude dessas discussões, foi aprovado pela Comissão de Administração Pública requerimento

com pedido de informações à Secretaria de Estado de Governo sobre quais outras medidas, além daquelas que já foram submetidas à ALMG, o Poder Executivo pretende adotar para viabilizar o plano de recuperação fiscal, especialmente no que tange à alienação de empresas estatais. Já a Comissão de Constituição e Justiça aprovou requerimento com pedido de providências para elaboração de estudo sobre a viabilidade de aumento da tributação de produtos supérfluos como alternativa para arrecadação de receitas para o enfrentamento da crise financeira do Estado e para a execução de políticas públicas e pedido de informações sobre as medidas que serão adotadas para o equacionamento do déficit fiscal e para o reequilíbrio das contas públicas no campo previdenciário.

#### **Compromisso do Secretário**

O restante dos projetos relativos ao enfrentamento da crise e recuperação fiscal do Estado deverão ser encaminhados em breve para a Assembleia.

#### **RQN nº 3.323/2019 (Comissão de Administração Pública)**

Pedido de informações sobre quais outras medidas, além daquelas que já foram submetidas à ALMG, o Poder Executivo pretende adotar para viabilizar o plano de recuperação fiscal, especialmente no que tange à alienação de empresas estatais.

#### **RQN nº 3.254/2019 (Comissão de Constituição e Justiça)**

Pedido de providências para elaboração de estudo sobre a viabilidade de aumento da tributação de produtos supérfluos como alternativa para arrecadação de receitas para o enfrentamento da crise financeira do Estado e para a execução de políticas públicas.

#### **RQN nº 3.251/2019 (Comissão de Constituição e Justiça)**

Pedido de informações sobre as medidas que serão adotadas para o equacionamento do déficit fiscal e para o reequilíbrio das contas públicas no campo previdenciário.

COMPROMISSO

REQUERIMENTOS

## **2) Exclusão dos gastos com inativos do limite de despesa com pessoal da LRF**

A exclusão dos gastos com inativos do limite de despesa com pessoal da Lei de Responsabilidade Fiscal foi uma das temáticas abordadas na reunião conjunta, com a presença do secretário de Estado de Governo e foi contextualizada com a crise fiscal pela qual o Estado tem passado nos

últimos anos. Parlamentares pediram que ele se pronunciasse sobre a recente resolução do Tribunal de Contas do Estado – TCEMG que retirou do cálculo das despesas com o pessoal os gastos com os aposentados e os pensionistas. Questionaram o impacto dessa decisão na gestão fiscal do Estado. Outros criticaram a medida dizendo que a alteração na classificação dos gastos poderá inviabilizar o acordo de recuperação fiscal junto ao Governo Federal.

O secretário então afirmou que respeita a decisão normativa da Corte de Contas, mas salientou que, em sua opinião, a retirada dos inativos do cômputo das despesas de pessoal foi uma manobra para o cumprimento dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Entretanto, isso não resolve o problema, já que os gastos continuam sendo realizados e o déficit continua a crescer, porque houve apenas a mudança dos cálculos. Também afirmou que a adesão ao programa do Governo Federal impõe a submissão a regras e que esta se justifica em função da grave crise financeira por que passa o Estado. Por fim, frisou que irá se reunir na próxima semana com o presidente do órgão para discussão do impacto na possível adesão de Minas ao plano de recuperação fiscal.

#### **Compromisso do Secretário**

Afirmou que irá se reunir na próxima semana com o presidente do TCEMG para discussão do impacto que a exclusão dos inativos do limite de despesa com pessoal poderá ter na possível adesão do Estado ao plano de recuperação fiscal.

**COMPROMISSO**

### **3) Atração de novos investimentos para o Estado**

Sobre essa temática, parlamentares indagaram como tem sido a atuação da Segov para atrair empresários e investimentos para o Estado, especialmente no que diz respeito à criação de ambiente seguro para esses investimentos. Também ressaltaram que há alguns projetos de lei importantes tramitando na Casa, que devem ser aprovados, como o PL nº 1.014, de 2019, que altera a legislação tributária do Estado, e que devem ser realizados esforços para a implementação do programa Alô Minas, para ampliação da rede de telefonia no Estado.

Segundo o secretário, em relação à atração de investimentos, o governo tem sinalizado para um

aporte de 50 bilhões de reais de investimentos e foram criadas cerca de 100 mil novos empregos. Esses números demonstram que Minas tem gerado um ambiente de confiança para os investimentos e que a tendência é melhorar cada vez mais essa capacidade. Em virtude dessas discussões, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça requerimento com pedido de informações à Secretaria de Estado de Governo sobre a atuação da Segov para atrair empresários e investimentos para o Estado, especialmente no que diz respeito à criação de ambiente seguro para eles.

**RQN nº 3.253/2019 (Comissão de Constituição e Justiça)**

Pedido de informações sobre a atuação da Segov para atrair empresários e investimentos para o Estado, especialmente no que diz respeito à criação de ambiente seguro para tais investimentos.

REQUERIMENTO

#### **4) Programa Mãos à Obra e melhoria nas escolas**

Durante a reunião, parlamentares indagaram ao representante do governo se há previsão de realização de novos investimentos no Programa Mãos à Obra, enfatizando que há muitas escolas do interior precisando de reformas estruturais com urgência.

O secretário então informou que, por meio do referido programa, foram investidos 50 milhões de reais em obras de melhorias estruturais nas escolas. O programa agora está entrando em sua terceira etapa de execução. Acrescentou que o Estado não tem condições de fazer investimentos maiores atualmente, em razão da situação precária das contas públicas. Também têm sido realizados esforços para combater a evasão escolar. Com essas ações, 15 mil alunos voltaram às escolas. Afirmou ainda que essas medidas foram realizadas conjuntamente com o acompanhamento do desempenho escolar dos alunos.

Em virtude das discussões sobre esse tema, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça requerimento com pedido de informações à Secretaria de Estado de Governo sobre sua previsão para realização de novos investimentos no Programa Mãos à Obra, tendo em vista que há muitas escolas do interior que necessitam de reformas estruturais.

**RQN nº 3.226/2019 (Comissão de Constituição e Justiça)**

Pedido de informações sobre as metas para ampliação de investimentos na estrutura física das escolas estaduais e sobre a previsão do governo para realização de novos investimentos no Programa Mãos à Obra, tendo em vista que há muitas escolas do interior que necessitam de reformas estruturais.

REQUERIMENTO

**5) Investimento de recursos públicos no Norte de Minas**

A vulnerabilidade do Norte de Minas foi também um tema que levantou questionamentos durante a reunião. Parlamentares argumentaram que a região representa uma parte considerável do território do Estado, e que, no entanto, não há previsão de recursos para ela. Além disso, no catálogo de obras do Estado consta apenas o presídio para a região, quando há necessidade de vários investimentos, como, por exemplo, na melhoria das rodovias. Também foi solicitado que sejam aplicados recursos do fundo de erradicação da pobreza para investimentos no Norte de Minas.

Nesse contexto, deputados solicitaram que o secretário se manifestasse sobre a ausência de um plano com diagnóstico financeiro que embase o regime de recuperação fiscal, pois, segundo afirmaram, não há uma espinha dorsal para a gestão desse regime.

Respondendo aos questionamentos, o secretário ponderou que a prerrogativa dos deputados é legislar e que cabe a eles questionar os projetos que aqui chegam, como estão fazendo com o projeto de recuperação fiscal. A Assembleia tem a prerrogativa de avaliar, questionar, analisar e alterar; e o governo está aberto ao diálogo. Ele concordou com a decadência de algumas rodovias que deveriam constar no catálogo de obras do Estado, mas afirma que não há recursos para fazer investimentos nessa área.

## 6) Investimentos no Vale do Jequitinhonha e Mucuri

Também houve manifestação de parlamentares denunciando a falta de destinação de recursos e investimentos no Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Criticaram o fato de que muitas emendas de iniciativa popular ao orçamento têm tido baixa execução. Questionaram se há um planejamento do governo para aplicar recursos em regiões mais deficitárias do Estado, como o Vale do Jequitinhonha e Mucuri. Apontaram que os recursos do fundo de erradicação da miséria têm sido utilizados para atender outras finalidades. Por fim indagaram ao secretário se haveria intenção do governo de dar o encaminhamento correto aos recursos do fundo de erradicação da miséria.

O secretário esclareceu que muitas ações do governo não vêm sendo realizadas por falta de recursos. Destacou que as riquezas com reservas de lítio poderão gerar investimentos e receitas importantes para a região do Jequitinhonha.

Em virtude dessas discussões, foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça requerimento com pedido de informações à Segov sobre a previsão de investimentos em infraestrutura e na expansão do desenvolvimento da economia no Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

### **RQN nº 3.252/2019 (Comissão de Constituição e Justiça)**

Pedido de informações sobre a previsão de investimentos em infraestrutura e na expansão do desenvolvimento da economia no Vale do Jequitinhonha e Mucuri.

REQUERIMENTO

## 7) Compensação da Lei Kandir

A [Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996 – Lei Kandir](#) –, desonerou, por completo, o ICMS incidente sobre as operações com mercadorias destinadas ao exterior, alcançando, inclusive, produtos primários e industrializados semielaborados. A desoneração tributária estabelecida por essa lei assumiu estatura constitucional a partir da [Emenda à Constituição nº 42/2003](#), que alterou o art. 155, § 2º, X, “a”, da [Constituição Federal](#), para conceder imunidade do ICMS para toda e qualquer operação de exportação e garantir ao exportador o aproveitamento do respectivo crédito

do imposto. Com a significativa redução da base tributável do ICMS (tanto pela ampliação da gama de operações de exportação desoneradas quanto pela maior liberalidade no aproveitamento dos créditos do imposto), o governo federal à época da edição da Lei Kandir reconheceu a necessidade de se estabelecer uma compensação financeira temporária aos estados e municípios. A forma de cálculo da compensação, que ficou conhecida como seguro-receita, foi estabelecida no anexo da referida lei. A temática ainda não foi solucionada definitivamente, razão pela qual houve diversas discussões no âmbito da reunião conjunta. Parlamentares indagaram quais serão as propostas que o governo de Minas apresentará junto ao Legislativo Federal para quitação dos créditos a serem recebidos pelo Estado. Expressou-se a necessidade da previsão de mecanismos de indenização pelas perdas consequentes da referida Lei. Sobre a suspensão do pagamento da dívida junto à União, mediante adesão ao programa de recuperação fiscal, deputados questionaram como será a intervenção da União no plano e perguntaram se o governo acredita que a autorização a ser dada pela Assembleia terá como resultado a suspensão da liminar no STF. Argumentaram que a suspensão dessa liminar acontecerá após o debate sobre a Lei Kandir.

Diante desses questionamentos, o secretário disse que já houve entendimentos entre os órgãos do Estado e órgãos federais, como o Tribunal de Contas da União, a Advocacia Geral da União e outros. Salientou que não há reconhecimento da dívida por parte dos órgãos da União, mas que o governador de Minas não abre mão dos recursos que julga que o Estado faz jus.

Além desses temas, que provocaram maior debate na reunião, também foram discutidas as questões destacadas a seguir:

**Ajuda aos municípios** – Parlamentares se manifestaram solicitando que o Governo viabilize maior ajuda aos municípios. Em resposta, o secretário falou do programa Alô Minas, com o objetivo de estender a esses entes o serviço de telefonia celular. Nesse ponto solicitou ajuda aos deputados para identificar os municípios e distritos que ainda necessitam e estão aptos para receberem o serviço de telefonia celular.

**Conferência Estadual da Juventude** – Parlamentares questionaram o secretário se há previsão, no planejamento do governo, para a realização da Conferência Estadual da Juventude. Salientaram que a Assembleia construiu a possibilidade de realização da referida Conferência, que esse tema

será retomado no próximo ano junto ao conselho estadual para que haja participação da sociedade. Também indagaram se o governo está atento para as políticas ligadas à juventude. Diante desses questionamentos, o secretário afirmou que não há nenhum óbice em relação à realização da Conferência, mas que é preciso verificar o custo dessa ação.

**Licenciamento de operações de minerodutos** – Foram também discutidas questões relativas ao licenciamento de operações de minerodutos, em especial na região de Grão-Mogol. Manifestaram-se preocupações relativas à construção da maior barragem de rejeitos do Estado. Foi criticado o estabelecimento de compensações, que não seriam suficientes para minorar os danos causados pelo empreendimento e se relatou descaso do governo federal no tocante às políticas públicas de competência do Estado. Em resposta, o secretário informou que já discutiu com o presidente desta Casa sobre as dificuldades na construção desses empreendimentos e na gestão de novas ferrovias. Disse que concorda com as colocações dos deputados, uma vez que há necessidade de unificação dos discursos em prol da melhoria da situação calamitosa em que Minas se encontra.

**Estratégia para cumprimento das políticas públicas em meio à crise financeira do Estado** – Nesse item, o secretário ressaltou a importância de dar transparência aos números preocupantes da economia do Estado para todo o povo mineiro. Informou que as despesas de Minas Gerais têm crescido mais que as receitas. Informou também que uma estratégia que o governo planeja implementar é a atração de investimento privado em várias áreas da Administração Pública para manter e melhorar os serviços públicos disponibilizados à população.

**Investimentos na barragem Jequitaí** – Afirmou-se que essa barragem levará grande volume de água para o Rio São Francisco e poderá contribuir com a geração de empregos e renda na região.

**Investimentos da Cemig na região Norte do Estado** – Parlamentares solicitaram maior empenho do governo para destinar prioritariamente investimentos da Cemig nas linhas de transmissão para região no Norte do Estado.

**Pedágios nas rodovias** – Solicitou-se que as receitas decorrentes da concessão de cobrança de pedágios nas rodovias sejam utilizadas para construção do Anel Rodoviário de Montes Claros. Em resposta, o secretário concordou com os argumentos sobre a necessidade de investimento dos

recursos oriundos da BR 135 em obras viárias na região.

**RQN nº 3.316/2019 (Comissão de Participação Popular)**

Pedido de informações sobre o desenho e os procedimentos previstos pela metodologia de avaliação de governança dos conselhos, que se pretende implantar para o aprimoramento dessas instituições participativas, conforme o informado no Relatório Gerencial – Análise do 2º quadrimestre de 2019 –, encaminhado pela Secretaria de Estado de Governo à ALMG.

REQUERIMENTO